Michael Walzer, **A Guerra em Debate,** Lisboa, Cotovia, 2004, 221 páginas.

Em 1949, o historiador norte-americano Arthur Schlesinger Jr.

lançou uma obra essencial para a esquerda liberal, *The Vital Center*. A mensagem era inequívoca: recusar totalmente o comunismo[1]. *Vital Center* contribuiu para o fomento da diferença fundamental entre *liberais* (esquerda americana) e trabalhistas, social-democratas e socialistas europeus da segunda metade do século XX: para os *liberais,* o comunismo representava a negação dos valores do mundo liberal-democrata e, portanto, deveria ser recusado sem ambiguidades; para trabalhistas, social-democratas e socialistas, o comunismo era uma espécie de semelhante ideológico e, por isso, a ambiguidade ideológica em relação ao *Leste* marcou a agenda da esquerda democrática europeia[2]. Ora, hoje, perante uma nova ideologia inimiga, o radicalismo islâmico[3], outro pensador *liberal* americano, Michael Walzer[4], procura responsabilizar o discurso da esquerda[5]. Se Schlesinger não admitia contacto

[1] Arthur Schlesinger Jr., *The Vital Center,* New Brunswick, Transaction Publishers, 1998 [1949]; v. sobretudo pp. 157-188.

[2] São vários os exemplos: o Labour (Inglaterra) e o SPD (Alemanha) só iniciaram a ruptura com a herança marxista no final dos anos 50; o PSI (Partido Socialista Italiano) precisou de assistir ao esmagamento da revolução húngara (1956) pelo exército vermelho para rasgar a aliança com o PCI (Partido Comunista Italiano). Repare-se agora no caso do socialista François Mitterrand na presidência francesa já no princípio dos anos 80: desde o programa governamental de «ruptura com o capitalismo» até à protecção legal concedida a ex-operacionais das Brigadas Vermelhas italianas, o posicionamento de Mitterrand é um exemplo elucidativo, porque tardio, da ambiguidade ideológica da esquerda europeia. Para a constatação destas nuances ideológicas da esquerda europeia, v. Pedro Aires Oliveira, «Social-democracia e democracia cristã no mundo bipolar», *in* António Reis (org.), *Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX,* Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa/Edições Colibri, 2003, pp. 141-149. Para uma crítica da resistência da utopia comunista mesmo após 1989 e consequente desculpabilização dos crimes da URSS, v. Jean-François Revel, *A Grande Parada — Porque Sobrevive a Utopia Socialista* (trad. António Cruz Belo), Lisboa, Editorial Notícias, 2001.

[3] Curiosamente, o islamismo actual sofreu influências do pensamento radical europeu, do qual o comunismo foi uma das faces. Para uma análise da contaminação ideológica do islamismo por escolas do pensamento radical europeu, v. John Gray, *Al-Qaeda and What Means to be Modern*, Nova Iorque, The New Press, 2003, Ladan Boroumand e Roya Boroumand, «Terror, islam, and democracy», in *Journal of Democracy,* vol. 13, n.º 2 (Abril de 2002), Ian Buruma e Avishai Margalit, *Occidentalism, the West in the Eyes of its Enemies,* Nova Iorque, Penguin Books, 2004, pp. 101-136, e Marc Ferro, *O Choque do Islão* (trad. Duarte da Costa Cabral), Mem Martins, Europa-América, 2004 [2002], pp. 87-104.

[4] Michael Walzer é professor de Ciências Sociais em Princeton e editor principal da revista *Dissent*. É uma das figuras de proa no debate sobre as dimensões morais da guerra e é, sem dúvida, uma das vozes mais respeitadas da esquerda americana. Ao nível da política externa*,* pode ser considerado líder da corrente *liberal intervencionista,* adversária do pacifismo (esquerda) e do calculismo realista (direita). Estas correntes recusam aquilo que Walzer considera ser um imperativo ético: intervenções humanitárias.

[5] O ponto alto desta atitude crítica perante a esquerda será, porventura, o artigo intitulado «Can there be a decent left?», no qual Walzer critica as reacções da esquerda em relação ao 11 de Setembro e à guerra do Afeganistão (v. Michael Walzer, «Can there be a decent left?», disponível em www.dissentmagazine. org/menutest/archives/2002/sp02/decents.html.

com o comunismo, Walzer recusa qualquer tentativa de desculpabilização do terrorismo[6].

A argumentação de Walzer em relação ao terrorismo assenta na desautorização intelectual da «cultura de desculpa e justificação» (p. 146), uma constante do discurso intelectual da esquerda ocidental desde os anos 60, que, na prática, consiste numa «ladainha de desculpas que vai progressivamente minando o conhecimento que temos do mal» (p. 70). Em nossa opinião, esta demanda crítica de Walzer apresenta seis ramificações: (I) *Rejeição da retórica pós-moderna*. Para se compreender esta investida convém ler trabalhos recentes de Jean Baudrillard. Este autor francês considera que o 11 de Setembro (*11/9*) ofereceu uma «prodigiosa jubilação de ver destruída esta superpotência mundial»[7]. Perante esta afirmação, fazemos nossas as palavras de Adelino Torres: no texto de Baudrillard adivinha-se «uma curiosa (estou tentado a dizer repugnante) admiração pelos terroristas do 11 de Setembro»[8]. (II) *Recusa da noção que considera o terrorismo a «arma dos fracos»*. Walzer não dá credibilidade ao mito do terrorista como um herói ou mártir. No âmago do terrorista não encontramos a luta pela liberdade, mas sim uma «predilecção por uma política de tirania» (p. 84). (III) *Crítica da interpretação que concebe o terrorismo como o último recurso*. O terrorismo está longe de ser a derradeira hipótese de acção. É, antes de mais, uma opção táctica livremente tomada por uma vanguarda. Segundo Walzer, a montante de acções terroristas não encontramos noções de *política,* mas sim de *ideologia,* logo, um terrorista não concebe o meio-termo[9]. Mas, mesmo que fosse a última arma, a matança de civis inocentes ilibaria moralmente os terroristas? (IV) *Contestação do discurso que proclama as vítimas como culpadas*. Walzer destrói um lugar-comum de argumentações não publicáveis: a América merecia o *11/9*. Mais: este tipo de raciocínio vê no *11/9* a consubstanciação das suas ideias sobre os EUA, ou seja, certos autores projectam as suas próprias teorias na mente dos terroristas. Afinal, «que outra coisa poderiam os terroristas ter em mente senão aquilo que esquerdistas ocidentais advogam?» (p.150). Immanuel Wallerstein é um bom exemplo deste paradigma[10]. E, claro, esta estirpe

[6] *Guerra em Debate* não é uma obra convencional. É constituída por um conjunto de artigos publicados em revistas intelectuais (exemplos: *Dissent, The New Republic*). Sob pena de fazermos uma listagem desinteressante dos tópicos abordados, escolhemos debater os temas marcantes do momento e que certamente marcarão a próxima década: o terrorismo e a questão iraquiana.

[7] Jean Baudrillard, *O Espírito do Terrorismo* (trad. Fernanda Bernardo), Porto, Campo de Letras, 2002, p. 9.

[8] Adelino Torres, «Terrorismo: o apocalipse da razão», *in* Adriano Moreira (org.), *Terrorismo,* Coimbra, Almedina, 2004, p. 19.

[9] Walzer desenvolveu este ponto no seu clássico *Just and Unjust Wars* (v. Michael Walzer, *Just and Unjust Wars,* Nova Iorque, Basic Books, 1977, p. 203).

[10] Aqui fica um exemplo da projecção teórica de Wallerstein para Bin Laden: «Bin

intelectual critica qualquer contra-resposta ocidental. Estamos perante «uma política que começa em desonra e termina em desastre» (p. 150). (V) *Rejeitar a tese de que «toda a política é (verdadeiramente) terrorismo»* (p. 74). Ao colocar um Estado democrático a par de uma organização terrorista, esta tese conduz a uma completa abolição das categorias políticas. Noam Chomsky é um exemplo destacado deste posicionamento alheio a qualquer critério político credível[11]. (VI) *Contestação dos dogmas de natureza económica* resultantes do marxismo desiludido dos tempos que correm. Walzer afirma que as raízes do terrorismo não se encontram na pobreza ou nas assimetrias económicas a nível mundial.

Convém salientar que todos os pontos têm algo em comum: o anti-ocidentalismo de sectores intelectuais do Ocidente[12]. Inevitavelmente, esta contracultura cria um ambiente que tende a desresponsabilizar as acções terroristas, pois é notório o clima de hostilidade em relação ao Ocidente e, por inerência, de desculpabilização em relação a qualquer fenómeno não ocidental. Roger Scruton considera que este ambiente de desculpabilização intelectual *(culture of repudiation)* fomenta o desenraizamento de imigrantes islâmicos, que encontram no chamamento absoluto da religião um

Laden é um homem inteligente e está ideologicamente convencido de que está em condições de tirar vantagem das fraquezas estruturais da posição hegemónica em declínio» [cf. Immanuel Wallerstein, «Cinco comentários a propósito dos acontecimentos ocorridos desde o 11 de Setembro», in *O Império em Guerra, o Mundo depois do 11 de Setembro* (trad. Joana Caspurro), Porto, Campo das Letras, 2002 (2001), pp. 116-117]. Recorde-se que Immanuel Wallerstein defende a seguinte tese: de forma sistemática e à escala mundial, os Estados Unidos têm vindo a revelar fraqueza estrutural desde os anos 70; Bin Laden será então a última prova que Wallerstein julga ter encontrado para comprovar a sua teoria. Para a constatação da obsessão de Wallerstein pelo suposto declínio dos EUA, que estaria, assim, a ser aproveitado por Bin Laden, v. Immanuel Wallerstein, *The Decline of American Power,* Nova Iorque, The New Press, 2003.

[11] Para uma constatação da confusão conceptual e da lógica apolítica de Chomsky basta ler a introdução referente a 2002 de Noam Chomsky, *Piratas e Imperadores, Velhos e Novos,* Mem Martins, Europa-América, 2003, pp. 17-38.

[12] O conceito que utilizamos (anti-ocidentalismo difundido por ocidentais) já foi cristalizado de várias formas. Por exemplo, George Steiner utiliza a expressão «masoquismo penitencial» do Ocidente; Pascal Bruckner isolou a ideia de «remorso do homem branco»; Karl Popper criticou «os profetas cochichantes do pessimismo» e declínio do Ocidente; recentemente, Ian Buruma e Avishai Margalit cunharam o termo *occidentalism* — o reverso do orientalismo, isto é, o conjunto de clichés que reduzem o Ocidente a uma civilização sem dignidade humana, que, paradoxalmente, tem a sua origem no próprio Ocidente [cf. George Steiner, *No Castelo do Barba Azul* (trad. Miguel Serras Pereira), Lisboa, Relógio d'Água, 1992 (1971), p. 70, Pascal Bruckner, *O Remorso do Homem Branco* (trad. Emanuel Lourenço Godinho), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990 (1983), Karl Popper, «Em que acredita o Ocidente?», *in* Karl Popper, *Em Busca de Um Mundo Melhor* (trad. Teresa Curvelo), Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992 (1959), p. 192, e Ian Buruma e Avishai Margalit, *Occidentalism, the West in the Eyes of Its Enemies,* Nova Iorque, The Penguin Press, 2004.

antídoto para o vácuo de valores e de exigência individual existente nas sociedades ocidentais de acolhimento[13]. Recorde-se que os principais operacionais do *11/9* viviam na Europa, e não em países islâmicos.

Depois da negação da doutrina da desculpabilização, Walzer tenta desenhar a sua própria concepção de terrorismo. Em nosso entender, nessa concepção existem ressonâncias claras de Carl Schmitt (1888-1985). Para este filósofo alemão, aquilo que é específico no conceito de *político* é a distinção entre *inimigo* e *amigo*[14]. O *inimigo* é aquele que nega o oponente na sua totalidade ética. Walzer é claro: o terrorismo visa não só a derrota, mas também a eliminação do *outro*. Portanto, perante a firmeza ideológica e táctica do novo inimigo, a resposta ocidental, segundo Walzer, deve ser firme. E, neste sentido, Walzer distancia-se da ortodoxia dos *liberais* americanos, que, de forma geral, partilham a «visão clintoniana do terrorismo», isto é, o terrorismo é encarado pelos *liberais* como uma mera «questão de lei e ordem»[15]. Ou seja, Walzer afirma que não devíamos encarar as guerras subsequentes ao *11/9* como acções policiais e legais, destinadas a levarem terroristas-criminosos para tribunais (p. 152). Uma das grandes clivagens do debate posterior ao *11/9* é, sem dúvida, o confronto entre os defensores de meras operações policiais e os defensores de um estado de guerra. Walzer coloca-se no segundo campo.

O debate sobre o terrorismo encaminha-se, inevitavelmente, para a questão iraquiana. Ora, perante as críticas que Walzer lança sobre a referida cultura de desculpabilização, um leitor desatento até poderia catalogá-lo de *conservador,* mas na questão iraquiana, todavia, não poderiam existir dúvidas: Walzer aproximou-se da posição comum dos *liberais*. Desconfiou do *timing* apressado da intervenção[16] e criticou a pretensão neoconservadora ao nível da mudança de regime. Porém, como já salientámos, Walzer nunca se aproxima da posição comum do meio *liberal*. Apesar de ser um adversário das intenções de Bush, não teve pejo em admitir o perigo que representava a possível transferência de armas de

[13] O argumento do filósofo inglês Roger Scruton pode ser resumido da seguinte forma: a «cultura do repúdio», vigente no Ocidente, tem a sua base em autores (Rorty, Foucault, Derrida) que devem a sua eminência a um interessante paradoxo, a saber: a sua autoridade intelectual não assenta em argumentos sólidos, mas sim no facto de conferirem autoridade à rejeição de autoridade e ao seu comprometimento absoluto com a impossibilidade de comprometimentos absolutos (v. Roger Scruton, *The West and the Rest, Globalization and the Terrorist Threat,* Wilmington, ISI, 2002, pp. 68-83).

[14] Carl Schmitt, *La notion de politique*, Paris, Calmann-Lévy, 1972 [1963], pp. 66 e 69.

[15] «The incompetent or the incoherent?», in *The Economist,* 30 de Outubro de 2004, p. 12.

[16] Na questão do *timing* da intervenção, o historiador Niall Ferguson é um excelente complemento para Walzer. (v. Niall Ferguson, *Colossus, The Rise and Fall of the American Empire,* Londres, Allen Lane, 2004, p. 294).

destruição maciça (ADM) de Saddam Hussein para grupos terroristas. E, na abordagem à questão da ONU, Walzer efectua, parece-nos, uma crítica essencial: «não vale a pena pretender que as Nações Unidas são um agente eficaz da lei e da ordem globais» (p. 159). Este problema permaneceu oculto durante a década de 90, mas a questão iraquiana rompeu este véu de aparências cosmopolitas. Muitos Estados, sobretudo a França e a Alemanha, publicitaram o seu comprometimento com as inspecções a cargo da burocracia da ONU, mas nunca estiveram dispostos a fazerem demonstrações de força. Ora, este sistema de inspecções cai pela base a partir do momento em que não existe pressão militar credível. Segundo Walzer, a resolução do problema das ADM de Saddam Hussein passava por um embargo, por voos de vigilância e pelas inspecções das Nações Unidas. Mas é o próprio Walzer a pôr em causa esta solução: Quem disponibilizaria os navios e os aviões? Por outras palavras, o eixo franco-alemão quer manter a aura de multilateralismo cosmopolita, mas não está disposto a arcar com os custos. A Europa liderada por Paris e Berlim não é *kantiana,* mas sim *habermasiana,* isto é, rendeu-se à ideologia do diálogo (o diálogo é encarado como uma virtude em si mesma, e não como um instrumento).

No fundo, Walzer acaba por registar um problema que promete marcar o início do século XX: a inexistência de qualquer posição intermédia ou de qualquer tentativa de compromisso entre Washington e o eixo Paris-Berlim. Apenas duas estratégias absolutas tomam forma: «Os europeus querem partilhar a autoridade sem partilharem os custos; a administração Bush quer partilhar os custos sem partilhar a autoridade» (p. 181). A opinião pública ocidental tem tendência para criticar apenas a acção americana, mas Walzer recorda que a inércia europeia também deve ser criticada. Se a estratégia neoconservadora de Bush é merecedora de fortes críticas, aqueles que se opuseram à acção americana não podem pensar que são almas imaculadas, pois nunca souberam (ou não quiseram) apresentar um plano alternativo. Em jogo estiveram duas visões unilaterais: os europeus recusaram em absoluto a utilização política da força[17]; os americanos descuraram desde muito cedo um princípio milenar: «submeter o inimigo sem combater é a excelência suprema»[18].

Portanto, perante esta complexa teia da história recente, Walzer, antes do início dos combates, avisava: se o uso da força não for encarado com respeito e se os aliados europeus «não se mostrarem dispostos a agirem, então muitos de nós acabarão, provavelmente e muito relutantemente, a apoiar a guerra que a administração Bush parece ansiosa por travar»

---

[17] Recorde-se que Gerard Schröeder, chanceler alemão, recusou aceitar o uso da força no Iraque mesmo com o consentimento da ONU, ou seja, desafiou antecipadamente o dito direito internacional.

[18] Sun Tzu, *A Arte da Guerra* (trad. Luís Serrão), Queluz, Coisas de Ler, 2002, p. 31.